

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº **DE 2000** 

Dispõe sobre a manutenção de decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.

> A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

"Artigo 1° - Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão prolatado pelo E. Tribunal Pleno no Processo TC - 785/005/92, que julgou ilegais as despesas decorrentes do Convênio firmado pelo CSI – 9 e a Clínica Jorge, Faraco & Teixeira S/C Ltda, para prestação de serviços de fisioterapia ao Sistema de Saúde através do ERSA - 63.

Artigo 2° - Expeça-se oficio à Procuradoria Geral do Estado remetendo cópia dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Artigo 3° - Arquivem-se os autos, por não caber mais a sustação do contrato.

Artigo 4° - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

E o nosso parecer.

Concluindo, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo ora PARECER

apresentado, "ad referendum" do Plenário.

Sala das Sessões, em

RELATOR ESPECIAL

Divisão de Ordenamento Legislativo Serviço de Processo Legislativo

Divisão de Ordenamento Legislativo

Serviço de Processo Legislativo

Publicade no DIARIO OFICIAL

Publicade ne 'DIARIO\_OFICIAL'

DET4/RASC 96RG1410RE